

Tupiniquins exigem saída de posseiros da reserva

Fotos de Chico Guedes



Não tendo para onde ir, as famílias tupiniquins querem a reserva só para elas

José Anchieta

Os índios Tupiniquins da reserva de Comboios de Baixo, em Aracruz, estão exigindo da Fundação Nacional do Índio (Funai) a retirada de 14 posseiros que invadiram a área há anos e, agora, se recusam a abandoná-la sem indenização. Os índios temem que a ocupação irracional transforme a reserva num imenso deserto, em consequência dos desmatamentos, queimadas, derrubada de mangues e lançamento de material orgânico no rio Comboios.

A reserva é habitada por 32 famílias remanescentes de índios Tupiniquins, que vivem em situação de extrema pobreza. Não há água, luz e esgoto. Protegida pela Funai desde 1981, Comboios de Baixo é a única reserva indígena no Espírito Santo que convive com a incômoda presença de posseiros. Nos últimos dois meses ocorreram duas novas invasões, cujos resultados foram desastrosos para a comunidade indígena.

Um dos invasores, Antônio Miranda, dono de barcos de pesca em Barra do Riacho, desmatou uma área de 400 metros quadrados de vegetação de restinga e despejou o material no leito do rio Comboios. No local, ele iniciou a construção de um barraco e anunciou, para outros posseiros, sua intenção de instalar uma granja. Já o proprietário de uma boate na zona do meretrício de Barra do Riacho, conhecido por "Alemão", comprou o direito de posse de uma área de 1,5 alqueire, ergueu uma casa de alvenaria e também quer criar galinhas.

A reserva tem cerca de 500 alqueires, sendo que quase metade está sob o domínio de posseiros. O ferroviário aposentado Juarez Pimentel Mendes — proprietário de um sítio em Putiri, Aracruz — possui 66 alqueires há 13 anos. Metade do terreno é destinada a pastaria, que Juarez arrenda a produtores rurais da região. O restante ainda é formado por matas, ameaçadas de devastação.

O empresário Zedeir Griffó de Moraes adquiriu uma posse em 1986 e é o posseiro mais temido pelos índios. É acusado de andar escoltado por pistoleiros e de ameaçar de morte, por várias vezes, o enfermeiro da Funai Isac Barbosa. "Nós não vamos brigar com os brancos, porque eles têm dinheiro e armas. Queremos apenas que deixem as terras dos índios", assegura o índio Gilberto Coutinho, o "Capitão", relações públicas da aldeia.

Tanto os índios quanto os posseiros vivem basicamente da monocultura da mandioca. Mas existe uma diferença fundamental na forma de exploração da terra. Como o solo da reserva é extremamente frágil — é formado por restinga e quase não há cobertura florestal — os índios plantam mandioca e a colhem duas vezes, no máximo. Para isto, desmatam a área a ser cultivada e, posteriormente, deixam-na se recuperar, pois em Comboios de Baixo a mandioca leva ano e meio para produzir, às vezes dois. Em terreno normal, a produção ocorre em um ano.

Já os posseiros, após colherem a mandioca, costumam queimar o terreno para transformá-lo em pasto. As invasões ocorreram justamente nas áreas deixadas pelos índios para recuperação, visando a uma rotatividade de exploração do solo. Em consequência dos ataques ao ecossistema, é visível em diversos pontos da reserva a predominância da vegetação de sapê, que, em última análise, significa exaustão total do solo. Para evitar a desertificação da reserva, é que os tupiniquins exigem a remoção de todos os posseiros.

A reserva

A reserva de Comboios de Baixo fica entre Vila do Riacho e Barra do Riacho, no município de Aracruz. É limitada pela reserva biológica de Comboios, Oceano Atlântico e o rio Comboios. Habitam o local 32 famílias de tupiniquins, que formam uma comunidade de aproximadamente 200 pessoas. É a única reserva no Estado ocupada por posseiros. As outras quatro reservas (Pau-Brasil, Irajá, Caieiras Velhas e Guarani), também situadas em Aracruz, não enfrentam este problema.



Os posseiros já estão com lavouras desenvolvidas dentro da reserva de Comboios

Dos 14 posseiros, oito garantem não ter para onde ir, pois sobrevivem do plantio de mandioca, que transformam em farinha para consumo próprio e venda no comércio de Vila do Riacho e Barra do Riacho. Só concordam em deixar a reserva mediante indenização.

Em dezembro, a Funai realizou levantamento das posses para indenizar os "proprietários" ainda neste ano. Tudo agora está na dependência de publicação de portaria da Funai determinando a remoção dos posseiros, que, no entanto, esbarra num problema crônico: a falta de verbas.

Os posseiros cadastrados são Augustinho Demésio da Silva, João Alves Rodrigues, Porcina Miranda, a "viúva Porcina" Tartaglia, Doracildo Miranda, Lindolfo Amâncio, Willis Loureiro, Zedeir Griffó de Moraes, Juarez Pimentel Mendes, Edísio Severo, Nilson Gomes, Josué Ribeiro, Mauro Oliveira Cunha, Waldomiro dos Santos e Roberto Cordeiro. Antônio Miranda e "Alemão" — dono de boate — que invadiram os fundos da reserva, em Barra do Riacho, tiveram suas obras embargadas pela Funai. E foram avisados de que, se insistirem em permanecer na área, serão retirados pela Polícia Federal.

Expansão

Um funcionário da Funai (que pediu para não ser identificado, pois a direção do órgão proibiu a concessão de entrevistas à imprensa) disse que o impacto populacional causado pela expansão da Aracruz Celulose pode gerar novas invasões à reserva. Isto porque, segundo ele, a maioria dos operários procede do meio rural e, quando forem encerrados os trabalhos de expansão, esta mão-de-obra ficará ociosa. Como em Barra do Riacho e Vila do Riacho não há casas e terrenos disponíveis, a massa teme que os domínios indígenas sejam alvo de ocupação por famílias de operários.

Um outro fator também — e certamente o mais grave — é a absoluta falta de fiscalização nas reservas indígenas do país. A única vigiada é a dos pataxós, na Bahia. A fiscalização é feita pelos próprios índios, que atuam como guardas florestais. O extinto Ministério da Reforma Agrária (Mirad) também não fiscaliza a terra, o que estimula a ocupação de áreas protegidas pelo Governo Federal.

Todos os posseiros de Comboios de Baixo pagam uma taxa ao Mirad. Para tanto, basta se dirigir ao órgão e fazer o registro como proprietário de terra. Esta é uma das formas com que os posseiros insi em permanecer na área, pois se julgam proprietários de fato e de direito, embora repudiados pela comunidade indígena.

Miséria

O posseiro Waldomiro dos Santos, 66 anos, o "Baiano", é tão pobre quanto os índios. Ele ocupou um pedaço da reserva, de aproximadamente dois alqueires e vem se dedicando ao plantio de mandioca. Ele revelou que há vários anos invadiu a reserva, mas sempre ia embora e retornava. Em

1988, voltou de vez e só pretende deixar o local se for obrigado, mas lembra que tem direito a indenização.

"Eu sempre vivi bem com os índios e, além disso, a Funai nunca me perturbou. Eu sei que a reserva é dos tupiniquins, mas não tenho para onde ir e um homem idoso como eu não vai conseguir trabalho. Se me tirarem daqui, tudo bem. Se não, ficarei até morrer, embora a terra seja muito ruim. Aqui só dá mandioca, mesmo assim duas vezes, no máximo, e olhe lá. Depois, o jeito é a gente abrir um pedaço da capoeira e plantar novamente".

Inocentemente, Waldomiro fez questão de mostrar a derrubada de uma parte do mangue. Explicou que abriu o mangue "para ficar vendo os goiamuns passeando". Ao ser informado de que tinha praticado um crime ecológico, ele justificou: "Eu pensei que tivesse feito uma coisa boa". Depois, prometeu nunca mais destruir o manguezal, onde diversas espécies de peixes, caranguejos e outros crustáceos se reproduzem.

O posseiro Nilson Gomes, residente em Barra do Riacho, ocupou em 82 uma área de seis alqueires, onde planta mandioca e cria galinhas. Explicou que três alqueires da "propriedade" estão produzindo e "dá para o consumo da família". É outro que concorda em sair da reserva, desde que receba indenização ou a Funai consiga um outro local para que possa se dedicar à agricultura.

Zedeir Griffó de Moraes é o posseiro mais rico da região e, ainda, dono de uma oficina de reparo de veículos e tratores em São Torquato, Vila Velha, e também atua como empreiteiro no Portocel, da Aracruz Celulose. Sua oficina é equipada com telex e ele possui uma frota de veículos. Griffó adquiriu o direito de posse de um índio, Luiz Casemiro, em 1986, e cria porcos no terreno. Toda a área é cercada com 10 fios de arames e no local vive um lavrador, que cuida da terra.

Parte do terreno, cerca de 20 alqueires, está completamente devastada e vai dar lugar a um pasto. O empregado revelou que o patrão vai arrendar a pastaria e construir uma casa de tijolo para abrigá-lo. O barraco, que ocupa, servirá de depósito. Zedeir Griffó é o posseiro mais detestado pelos índios. Tido como homem violento, ameaçou de morte um funcionário da Funai e se nega a deixar a reserva, alegando que possui o registro da terra feito em cartório.

O único conflito envolvendo índios e posseiros ocorreu em 1986. Revoltados com Porcina Miranda Tartaglia, a "Viúva Porcina", que desmatou uma imensa área de restinga, os tupiniquins incendiaram sua casa e a expulsaram da reserva. O terreno hoje está em litígio, pois a viúva nunca mais apareceu. O índio Luiz Casemiro, que vendeu um pedaço da reserva para Zedeir Griffó, foi excluído da comunidade.

O ecossistema da reserva de Comboios de Baixo é muito frágil, assemelhando-se ao Cerrado. Com as seguidas agressões dos posseiros, parte da reserva está dominada pelo sapê — sinônimo de degradação do solo.

gazeta de vitória
26.02.87